



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

Na reza e no Candomblé, o caminho da obrigação como noção central para a compreensão de uma ética do cuidado

Autoria: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Esta é uma proposta de cunho teórico que procura discutir a noção de ?obrigação? como ideia chave para a compreensão da ética em uma ampla gama de expressões religiosas presentes no Nordeste do Brasil. Ainda assim, a discussão se inspira em work de campo realizado, em diferentes momentos, entre rezadeiras e benzedores do sertão da Bahia e Pernambuco e no Candomblé de Salvador. A benzedura costuma ser tratada como religiosidade popular diretamente ligada ao Catolicismo, porém observa-se a importância central de elementos como o uso de folhas (tanto na reza em si, quanto no preparo de banhos e beberagens), a comunicação direta com seres espirituais (em sonhos e aparições) e, sobretudo, a importância da descoberta de um ?dom? de curar e aliviar aflições que estabelece uma ?obrigação?. Tais elementos podem ser colocados em diálogo com a figura do caboclo no candomblé da Bahia, cuja atribuição principal é vir para ?trabalhar?. Desta forma, um dos argumentos deste work é que a reza pode ser recontextualizada no campo afroindígena, como o fazem estudos em região amazônica, sem desconsiderar as fronteiras traçadas pelos próprios participantes. As formas de religiosidade aqui consideradas atribuem grande relevância ao tratamento das aflições sofridas, seja no corpo, na ?alma? ou nas relações interpessoais, pelas pessoas que as buscam. Receber estas pessoas e tratá-las é um ?dom? cuja origem diversa no caso da reza e do caboclo precisa ser considerada, pois neste último, há a distinção entre a entidade espiritual que ?desce? para



trabalhar e seu médium, que tem a obrigação de recebê-lo. Ainda assim, temos em ambas um dom que estabelece uma obrigação. Embora praticantes da benzedura se esforcem para demarcar a distância entre suas práticas e as de matriz africana, como o Catimbó e o Candomblé, e que haja, de fato, diferenças significativas, aproximações são possíveis tanto no que diz respeito às práticas quanto a ideias fundamentais em todo este campo popular afroindígena. Este work não tem o intuito de eliminar as diferenças e nuances entre as diversas práticas religiosas que comportam a noção de obrigação aqui considerada, mas antes de acompanhá-las, traçando seus contornos e, a partir deles, propor que se trata de uma concepção capital para a compreensão da ética própria de um conjunto amplo de religiosidades que têm na dimensão do cuidado seu pilar central, como podemos ver em works recentes.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: